

FRONTEIRAS

Ministros discutem defesa do hemisfério

Objetivo é traçar estratégia para o séc. XXI, mas Plano Colômbia deverá ser o grande tema do encontro

Todd Benson
São Paulo



Ao longo desta semana, os pesos pesados da defesa das Américas se concentrarão na cidade brasileira de Manaus para discutir a segurança do hemisfério. Entre os dias 16 e 21 de outubro, esta cidade amazônica de menos de dois milhões de habitantes será anfitriã da IV Conferência Ministerial de Defesa das Américas, que contará com a presença de delegações oficiais de todo o continente — com exceção de Cuba — e do presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso.

A escolha de Manaus como cenário para o encontro não é nenhuma coincidência. A cidade está localizada no coração

da Amazônia brasileira, uma imensa região de 5,2 milhões de quilômetros quadrados que abrange um terço de todas as florestas tropicais do mundo. Sua importância para o clima e para o equilíbrio ecológico do planeta tornaram a Amazônia um centro de atenção internacional, que não deixa de despertar certos receios nacionalistas entre alguns setores militares no Brasil.

A densidade e a magnitude da Amazônia também a tornam a região mais vulnerável em território brasileiro a ameaças como o narcotráfico transnacional e o desmatamento ilegal. Este fato, explica Luis Bitencourt, especialista em assuntos de defesa e diretor do Programa Brasil do Centro Woodrow Wilson, em Washington, converteu a integridade da Amazônia em prioridade na política de defesa brasileira.

Nesse sentido, o Brasil deverá aproveitar o evento em Manaus para exibir os esforços que vem empreendendo para reforçar a presença do Estado na ampla região amazônica. O exemplo mais notável desses esforços é o projeto Sistema de Vigilância e de Proteção da Amazônia (Sivam/Sipam), uma complexa re-

de de radares e satélites, orçada em US\$ 1,4 bilhão, que permitirá, a partir de julho de 2002, uma maior eficácia no combate contra o crime organizado na região, bem como uma proteção mais eficiente do meio ambiente. Um dos três centros regionais de vigilância do Sivam será em Manaus, sede que será visitada pelo presidente Fernando Henrique no dia 17, à tarde.

Embora o objetivo oficial da conferência seja traçar uma estratégia comum de defesa do hemisfério para o século XXI, muitos observadores prevêem que as repercussões transnacionais que o Plano Colômbia possa causar se conver-

Colômbia e EUA deverão acalmar os ânimos

tam no grande tema do encontro. O ambicioso plano anti-drogas do governo de Andrés Pastrana conta com um aporte de US\$ 1,3 bilhão de Washington. “Não há dúvidas de que a Colômbia será o tema fundamental da reunião”, afirma o congressista paulista João Herrmann Neto, que integra a Comissão brasileira de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e que acompanhará os debates em Manaus.

De fato, todos os países vizinhos da Colômbia — Brasil, Equador, Panamá, Peru e Venezuela — expressaram publicamente seus temores de que o Plano Colômbia possa causar uma onda de deslocamento por meio de suas fronteiras, incluindo civis, narcotraficantes e grupos armados envolvidos na guerra civil colombiana. Apesar dessas reservas, os líderes da região manifestaram em conjunto seu apoio ao processo de paz colombiano na recente cúpula dos presidentes sul-americanos em Brasília, mas se abstiveram de dar aval explícito ao Plano Colômbia.

Vários analistas consultados por este jornal concordam que a conferência de Manaus será a oportunidade ideal, tanto para a delegação colombiana quanto para a norte-americana, para

acalmar os ânimos na região em relação ao Plano Colômbia. Para isso, o secretário de Defesa norte-americano, William Cohen, planejou viajar primeiro a Brasília para reunir-se com o presidente Fernando Henrique e o ministro de Defesa do Brasil, Geraldo Quintão, mas devido ao conflito no Oriente Médio acabou cancelando a visita à capital brasileira. No entanto, espera-se que a delegação norte-americana busque maior compreensão do papel dos Estados Unidos no conflito colombiano por parte do Brasil, que tem sido categórico em sua negativa de envolver-se naquilo que considera um assunto interno da Colômbia.

Na opinião de João Roberto Martins Filho, estudioso de assuntos militares da Universidade Federal de São Carlos, em São Paulo, a espinhosa questão colombiana é o ponto em que pode haver maiores divergências entre os dois principais protagonistas da conferência, Brasil e os Estados Unidos. “Se houver qualquer tentativa de enfatizar essa questão, o Brasil não vai apoiá-la”, afirma o professor Martins Filho.

Tampouco se espera que os demais países fronteiriços com a Colômbia acolham favoravelmente qualquer pressão norte-americana relacionada com o Plano Colômbia, dadas as reticências na região diante de qualquer indício daquilo que alguns tacham de “intervenção norte-americana”.

Não obstante, no que se refere à supremacia da democracia e à subordinação das forças armadas a governos civis ao longo do hemisfério, o consenso parece ser um fato consumado. “A democracia será a palavra de ordem”, prevê o analista Bitencourt.

Nesse sentido, a questão-chave a ser discutida será o papel que as forças armadas deveriam ter para reforçar as instituições democráticas no hemisfério. Também serão debatidas formas de cooperação regional nessa missão. □

Os participantes

Ministros, secretários e representantes dos governos que estarão presentes na IV Conferência Ministerial de Defesa das Américas

	Antígua e Barbuda	Lester Bryant Bird
	República da Argentina	Ricardo Hipólito López Murphy
	Comunidades das Bahamas	Frank Watson
	Barbados	Owen S. Arthur
	República da Bolívia	General Oscar Vargas Lorenzetti
	República Federativa do Brasil	Geraldo Magela da Cruz Quintão
	Canadá	Arthur C. Eggleton
	República do Chile	Mario Fernández Baeza
	República da Colômbia	Luis Fernando Ramírez Acuña
	República da Costa Rica	Rogelio Ramos Martínez
	República de El Salvador	General Juan Antonio Martínez Varela
	República do Equador	Almirante Hugo Unda Aguirre
	Estados Unidos da América	William S. Cohen*
	Estados Unidos Mexicanos (Observador)	Claude Heller Rouassant
	Granada	Ten. Cel. Nestor A. Ogilvie
	República da Guatemala	General Juan de Dios Estrada Velásquez
	República Cooperativa da Guiana	Roger Forbes Luncheon
	Haiti	Camile Leblanc
	República de Honduras	Edgardo Dumas Rodríguez
	Jamaica	Keith Desmond St. Aubyn Knight
	República da Nicarágua	José Antonio Alvarado
	República do Panamá	Winston Spadafora Franco
	República do Paraguai	Almirante José Ramón Ocampos Alfaro
	República do Peru	General Carlos Bergamino Cruz
	República Dominicana	Major-General José Eliseo Noble Espejo
	Santa Lúcia	Francis Nelson
	São Vicente e Granadinas	James Mitchell
	Federação São Cristóvão e Nevis	Denzil L. Douglas
	República do Suriname	Ronald Fichene Assen
	Trinidad e Tobago	Brigadeiro Joseph Theodore
	República Oriental do Uruguai	Luis Andrés Brezzo Paredes
	República Bolivariana da Venezuela	General Ismael Eliézer Hurtado Soucre

Fonte: Ministério da Defesa do Brasil /

* Até o fechamento desta edição, a presença do secretário de Defesa aguardava confirmação

FRONTEIRAS

Brasil teme o Plano Colômbia

Comunidades sofrem com a falta de recursos

A grande questão é a intenção dos EUA ao assegurar presença militar na região

Paulo Paiva

São Gabriel da Cachoeira

AO LONGO DOS 1.600 km de fronteira do Brasil com a Colômbia, as belezas naturais encantam. A selva, o esplendor das águas puras de milhares de quilômetros de rios sem poluição, a simplicidade da população local, tudo lembra que ali está uma das últimas obras intactas da natureza no planeta. Mas por trás desse cenário há um grande temor dos militares brasileiros com os desdobramentos do Plano Colômbia, que o país promoverá com ajuda dos Estados Unidos em 2001. Oficialmente, o plano destina-se ao combate de plantações de coca, mas tem alvo na guerrilha. Para fontes militares, do ponto de vista geoestratégico, o problema é que pela primeira vez os EUA estarão com expressivas forças militares na América do Sul, a pretexto de combater o narcotráfico. Por essa

lógica, e guardadas as devidas proporções, o “inimigo” não estaria na região, mas a 5 mil km de distância. Mas o que os militares dos EUA querem ao garantir presença na Colômbia?

Os EUA vão mandar 500 “assessores” militares, muitos deles já trabalham, por exemplo, na região de Mitú, onde há dois anos houve combates entre tropas colombianas e a guerrilha, que então ocupava a cidade. Esse episódio foi exemplar para o Brasil, que se envolveu ao ceder a pista do Pelotão Fronteiriço de Querari, para que os colombianos a usassem para recolher feridos. Mas o que se viu foi o desembarque de tropas num avião Hércules, que afundou a pista e deixou marcas até hoje à mostra. O episódio assustou os 50 militares do pelotão e os 130 índios da etnia Kubeo que vivem no local. Foi um sério incidente diplomático.

Neste ano, a Colômbia tentou, de novo, utilizar pistas brasileiras, para acessar pontos inóspitos de sua Amazônia, mas o Brasil rejeitou o pedido. Essa mesma



Pista de pouso em Querari, utilizada pela Colômbia para o desembarque de tropas, gerou problemas diplomáticos com o Brasil

gestão, aliás, foi feita pelo subsecretário de Estado para Assuntos de Drogas dos Estados Unidos, Rand Beers. Os EUA até pediram, inclusive por meio da secretária de Estado, Madeleine Albright, que o Brasil participasse com tropas e agentes da Polícia Federal em operações contra o narcotráfico colombiano.

Esse envolvimento causa arrepios ao Itamaraty e ao Ministério da Defesa, que o rejeitaram.

A argumentação dos EUA é que o Brasil pode ser prejudicado pelas operações na Colômbia, com a vinda de milhares de refugiados, traficantes e com a transferência de plantações de coca para a região de fronteira. Mas, após visitas à “Cabeça do Cachorro” e ao longo da fronteira comum, oficiais das Forças Armadas brasileiras concluíram que o alerta não é real. Então, qual é o problema? O temor brasileiro é que os conflitos na Colômbia se arastem, aumentando o número de atentados terroristas e a presença militar norte-americana. A preocupação principal é com a ocupação militar dos EUA nas cabeceiras de alguns dos rios que formam as bacias dos rios Negro e Solimões. Além do uso de fungicidas contra as plantações de coca, que poderá afetar o meio ambiente da região, preocupa o controle dos recursos aquáticos. “A médio prazo, não é paranóia pensar que a grande disputa no

planeta será pelas águas”, afirma um oficial do Ministério da Defesa. Causam preocupação, também, as posições do favorito às eleições presidenciais dos EUA, Al Gore, que já preconizou intervenção internacional na Amazônia, a pretexto de defender o meio ambiente.

Segundo fontes militares e do Itamaraty, a guerrilha colombiana não preocupa as forças de segurança, porque a oposição armada colombiana não quer entrar em conflito com o Brasil e outros vizinhos, já que esperam ter de pedir reconhecimento a um novo governo.

Na fronteira Norte do País, as Forças Armadas mantêm permanente vigilância, mas não há notícias de que guerrilheiros tenham passado para o território brasileiro. Quando passam, vêm à paisana comprar legalmente remédios e alimentos. Uma coisa é certa, segundo fontes do governo: se guerrilheiros passarem a fronteira, serão

identificados, pois a população indígena teme a guerrilha. O problema é que há pontos sensíveis que podem ser utilizados por setores interessados em criar problemas que levem o Brasil a envolver-se no caso, saindo de sua neutralidade. No 4º Pelotão Especial de Fronteira, em Cucuí, na tríplice fronteira Brasil, Colômbia, Venezuela, na margem do rio Negro, teme-se a incursão de grupos paramilitares colombia-

nos. Sob uma aparente calma, há tensão entre os militares, pois o pelotão fica numa área aberta, a 30 km da cidade colombiana de San Felipe, controlada pela guerrilha. Naquela região, há notícias de que ex-recrutas do Exército ingressaram na guerrilha, mas o fato não foi confirmado. Naturalmente, há preocupações com a guerrilha, até por motivo ideológico. Mas o fato é que o problema é encarado com realismo. Em dezembro passado, o Pelotão de Cucuí recebeu carta de um comandante guerrilheiro informando seu interesse em manter boas relações com o Brasil. Os pelotões do Exército, como o de Cucuí, São Joaquim, Querari, Yauaretê, subordinados ao 4º Batalhão de Infantaria da Selva, com sede em São Gabriel da Cachoeira, são os mais sensíveis naquela faixa de fronteira. Abaixo, os pelotões de Vila Bittencourt e Ipiranga, do Batalhão de Infantaria da Selva, de Tabatinga, também são postos sensíveis.

O Brasil proibiu, desde o final de 1998, que a Colômbia usasse a pista do Pelotão de Vila Bittencourt para ter alcance à unidade militar de Tarapacá. O único acesso era pelo território brasileiro: os colombianos tomavam um avião da empresa Satena, que ia até Tabatinga, onde era submetido a controle de praxe pelas autoridades brasileiras, e depois decolava. Detalhe: o voo não tinha autorização oficial do DAC, mas se fazia vista grossa em nome da política de boa vizinhança. O combinado era que não embarcariam com armas, até que um dia o fizeram e perderam a regalia.

Guerrilha colombiana não preocupa o Exército

A situação está sendo monitorada pela inteligência do governo, com representantes dos Ministérios da Defesa, Relações Exteriores e da Justiça, sob coordenação da Agência Brasileira de Inteligência. Em setembro, o grupo se reuniu em Brasília com representantes do setor de inteligência do Equador, Panamá, Peru, Venezuela e Colômbia para trocar informações sobre a evolução da situação na região. □

As distâncias são enormes em toda a “Cabeça do Cachorro” e, como as comunidades dependem basicamente do transporte fluvial, tudo se complica. Há inúmeras corredeiras, que devem ser transpostas carregando-se mercadorias e a própria voadeira — embarcação rápida, com motor de popa. Percursos feitos em uma hora de avião podem demorar até quatro dias de barco. A intrincada malha fluvial traz dificuldades, mas, por outro lado, facilita a promoção de atividades ilegais. Principalmente o narcotráfico, que, ao que tudo indica, tem crescido, com o tráfico “formiguinha”: índios e caboclos recebem cerca de US\$ 27 para levar um quilo de cocaína até Manaus, segundo fontes militares.

Na fronteira com a Venezuela, no Pelotão de Cucuí, há também contrabando de gasolina, que aproveita a estrada BR-307 — a única da região — que liga o local a São Gabriel da Cachoeira, a 205 km. Na Venezuela, o litro do combustível custa US\$ 0,15, enquanto do lado brasileiro é vendido até a US\$ 1,3. Há um mês, militares do Pelotão de Cucuí apreenderam um caminhão com quatro mil litros de gasolina do país vizinho. Um problema é que na região não há agentes da Polícia Federal, responsável por esse tipo de operação. O Exército faz inspeções periódicas, mas este não é o seu papel. “Com certeza, por aqui passa muita droga que vem da Colômbia”, afirma um oficial do Exército.

A falta do poder público na região seria total, não fosse a presença dos militares. Na localidade de Yauaretê, onde vivem três mil indígenas Tukano, a única assistência médica é prestada pelo Exército e por uma missão salesiana que lá está desde a década de 20. Essa realidade convive com a onipresença de um hospital do Calha Norte, construído em 1992 e reformado no ano passado, com equipamentos de primeiríssima. Só que não funciona porque nem o governo do estado e nem o Ministério da Saúde disponibilizaram médicos, energia elétrica e água.

As escolas, muitas vezes, também são precárias. Não há banheiros, cantina e nem alojamento para os indígenas. □ (P.P.)

Índios da região perdem identidade

Em busca de comodidade e integração, muitas tribos estão abandonando sua cultura para assimilar outra

Paulo Paiva

São Gabriel da Cachoeira



Por ser área indígena, qualquer projeto de infraestrutura na região torna-se oneroso. Pedras brita para o asfaltamento de vias nos arredores de São Gabriel, sob a responsabilidade do Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, tiveram que subir o rio Negro em balsas por mais de 500 km, embora estejam ali pertinho, disponíveis. Isso encarece e dificulta a construção do porto de Camanaus, a 15 km de São Gabriel, no rio Negro. A obra promete facilitar o transporte fluvial, pois o atual porto, improvisado na barranca do rio, não permite que um barco seja descarregado em menos de três dias, dependendo do tempo. A Legislação está sendo respeitada, mas surgem problemas, pois há ainda quem questione o direitos dos índios à terra, tema que divide militares e civis, mesmo depois de quinhentos anos de ocupação forçada dos brancos das terras ocupadas pelos indígenas.

Os índios não estão à deriva, têm o apoio da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. Mas fica claro que muitas tribos estão deixando sua cultura para assimilar alguma outra. Os padres católicos salesianos, na região desde 1916, deturpam a cultura dos índios, principalmente os de etnia Tukano, mas nos últimos anos vêm defendendo a permanência de seus hábitos. Índios Kurupaco, ao Norte, no "focinho" do Cachorro, perto do pelotão de São Joaquim, por sua vez, sofrem influência de evangélicos, que prossem até mesmo o trabalho de pajés na cura de doenças. Esses índios, por sinal, deram uma demonstração de que são brasileiros, embora circulem livremente pela fronteira, pois têm parentes do lado colombiano. Eles cantaram o Hino Nacional quando chegou a missão do Calha Norte em visita ao pelotão de São Joaquim.

Contato com a sociedade reflete o etnocídio

A antropóloga paulista Roberta Mélega, na região há dois meses, constata, triste, o fenômeno que chama de etnocídio, pois os indígenas estão perdendo sua identidade. Alguns tentam reconquistar essa identidade, mas há os obstáculos religiosos dos brancos e a necessidade que sentem de se integrar à sociedade dominante. Em duas comunidades Yanomami, que vivem junto ao Pelotão de Maturacá, próximo ao Pico da Neblina, essa contradição é visível, como atesta a antropóloga. Os índios adultos ainda aspiram Paricá, um pó alucinógeno pelo qual, por mais de uma hora, entram em transe, em contato com antepassados ou entidades espirituais, ao mesmo tempo assistem à TV e vão à missa católica. "É a realidade", lamenta Roberta. O coronel Humberto Francisco Madeira Mascarenhas, um mineiro de 44 anos que comanda há dois o 5º BIS, diz seguir os princípios do Marechal Rondon, de respeito aos direitos indígenas, mas questiona o fato de, na demarcação de suas terras na região, terem-se levado em conta apenas aspectos culturais e antropológicos, escamoteando o lado econômico, social e de segurança. Ele não fala, mas o temor dos militares é de que, mesmo as terras sendo da União e com a faixa de fronteira demarcada e reconhecida internacionalmente, o fato de as reservas dos países vizinhos serem contíguas pode permitir que sejam "destacadas" do mapa por movimentos internacionais movidos por "interesses escusos". A presença do Calha Norte, numa



Crianças na precária escola do Pelotão de Querari

qual, por mais de uma hora, entram em transe, em contato com antepassados ou entidades espirituais, ao mesmo tempo assistem à TV e vão à missa católica. "É a realidade", lamenta Roberta. O coronel Humberto Francisco Madeira Mascarenhas, um mineiro de 44 anos que comanda há dois o 5º BIS, diz seguir os princípios do Marechal Rondon, de respeito aos direitos indígenas, mas questiona o fato de, na demarcação de suas terras na região, terem-se levado em conta apenas aspectos culturais e antropológicos, escamoteando o lado econômico, social e de segurança. Ele não fala, mas o temor dos militares é de que, mesmo as terras sendo da União e com a faixa de fronteira demarcada e reconhecida internacionalmente, o fato de as reservas dos países vizinhos serem contíguas pode permitir que sejam "destacadas" do mapa por movimentos internacionais movidos por "interesses escusos". A presença do Calha Norte, numa

População cresce, apesar das dificuldades

de suas vertentes, vem exatamente garantir a presença do Estado brasileiro e tentar equacionar o problema, do ponto de vista da segurança.

O bispo de São Gabriel, d. Walter Ivan de Azevedo, 74 anos e há duas décadas na região, não teme a internacionalização da região, a partir das terras indígenas. Ele acha que o Projeto Calha Norte deve-se ater ao desenvolvimento sustentável da região, como promete fazer nessa nova fase, ao contrário de quando começou, em meados da década de 80, com "cunho estritamente militar". O religioso constata que os 30 mil índios de sua diocese se organizaram nos últimos anos, estão mais escolarizados, o que ajuda em sua luta. Atuam com ONGs nacionais e estrangeiras para conseguir benefícios, como a criação de peixe num projeto desenvolvido com o Instituto Socioambiental (ISA).

Um dado interessante é que, apesar de todas as dificuldades, a população indígena vem crescendo, com a diminuição das endemias, graças ao apoio à área de saúde proporcionado nos últimos anos pelos pelotões do Exército e por entidades contratadas pelo Ministério da Saúde, num programa direcionado aos índios. O cacique Yanomami, Joaquim Figueiredo, reclama da falta de caça, justamente devido ao aumento da população na região de Maturacá. Isso acontece também, porque vários índios estão deixando o nomadismo e concentrando-se perto das comodidades e da segurança do Exército, longe dos garimpeiros que matam e estupram índias. □

Brasil ocupa espaço na Amazônia

A presença do governo brasileiro na "Cabeça do Cachorro" começou, na prática, em dezembro de 1940, quando foi criado o Pelotão de Fronteira de Cucuí, num ponto estratégico na fronteira com a Colômbia e Venezuela. Mas, de fato, a presença governamental começou a aumentar a partir de 1985, quando foi criado o Projeto Calha Norte, de cunho militar e civil, voltado para a promoção do desenvolvimento regional e manutenção da soberania nacional na região.

O projeto estava estagnado desde 1990, mas a partir deste ano começou a ser retomado, em razão da crise na Colômbia e pela necessidade de se garantir a presença do Estado numa região que desperta a cobiça internacional, por ser rica em minerais, biodiversidade e outros recursos naturais. Uma das vertentes é garantir a soberania e integrar ao restante do país a região compreendida entre a fronteira norte-noroeste e a calha do rio Amazonas/Solimões, numa área de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, abarcando quase seis mil quilômetros quadrados de fronteira com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia e Peru. □ (P.P.)

Deseja mais informações financeiras e bursáteis das 1000 maiores empresas da América Latina e das 200 mais representativas dos EUA que a Economática fornece?

www.economatica.com

Visite nossa página na Internet



ECONOMÁTICA

Software de apoio a investidores

Argentina	54 11 4322 69 00	gserio@msa.com.ar
Brasil	55 11 3060 95 11	info@economatica.com.br
Chile	56 2 688 6339	info@economatica.cl
Colômbia	55 11 522 9496	irving@uol.com.br
México	52 5 525 25 18	alex@economatica.com.mx
Peru	51 1 221 73 86	eduardo@latcom.com.pe
Venezuela	58 2 263 9501	sliberat@soft-line.com
EUA	1 212 532 6205	info@economatica.com

ARGENTINA BRASIL CHILE COLÔMBIA MÉXICO PERU VENEZUELA EUA

SEGURANÇA

FRONTEIRAS

Brasil reforça defesa em área estratégica

Isolamento, questão colombiana e ação de ONGs levam país a proteger região da "Cabeça do Cachorro"

Paulo Paiva

São Gabriel da Cachoeira



O helicóptero Blackhawk, uma das mais modernas aeronaves de combate do Brasil, voa sobre a selva. Lá embaixo, surpresos, índios e caboclos observam o aparelho, apelidado por eles de "acaribodó", dada a semelhança que guarda com o peixe amazônico. O pitoresco apelido revela a origem da população local, 95% indígena, praticamente alheia à influência de outras regiões brasileiras, isolada na "Cabeça do Cachorro", pedaço do mapa onde o Brasil faz fronteira com a Colômbia e que lembra o animal. Poucos sabem que do lado colombiano a aeronave já é utilizada, com ajuda de pilotos norte-americanos, em operações contra o narcotráfico e a guerrilha.



Uma região peculiar

Características da "Cabeça do Cachorro"

- O solo da região é pobre para a agricultura, mas o subsolo é potencialmente rico em recursos minerais como ouro, cassiterita e urânio
- O clima é quente e úmido. O inverno (estação das chuvas) ocorre de março/abril a setembro/outubro e o verão nos meses seguintes
- A vegetação predominante é constituída pela floresta amazônica, à exceção da região do Pico da Neblina, onde surge vegetação característica de montanha

Brasil, Colômbia e Venezuela. Se, por um lado, esse fator ajuda na integração entre os índios — muitos desconhecem a fronteira, que cruzam sempre para visitar parentes de um lado e do outro —, por outro gera preocupação das autoridades militares. O fato é que os índios ficam espremidos entre as concepções do Exército, Igreja, evangélicos, de ONGs, de funcionários civis do governo e, eventualmente, das tentações consumistas.

O recado é claro: o território é brasileiro

Naquela região, a segurança cabe ao 5º Batalhão de Infantaria da Selva (BIS), sediado em São Gabriel da Cachoeira, a 850 km de Manaus e a 3.000 km de Brasília, mas a apenas 1.000 km de Bogotá e 1.200 km de Caracas. Incluindo mais dois municípios, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, o Batalhão é encarregado de fiscalizar uma área de 260 mil km² (equivalente ao Estado de São Paulo, mais o dobro do Dis-

trito Federal), que abrange 1.000 km de fronteira com a Colômbia e 500 com a Venezuela. São 1.500 militares para cuidar de toda a área, relativamente mais próxima dos centros de poder da Colômbia e da Venezuela.

A presença maior do Estado brasileiro vem sendo estimulada mais recentemente, dada a situação política na Colômbia. O plano, contudo, vem desde a década de 80, quando decidiu-se estabelecer o Projeto Calha Norte, de cunho militar e civil, para garantir a solução de carências mais sérias de caráter sócio-econômico dos habitantes da área, situada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, que representa 14% do território nacional, mas abriga apenas 1,2 % da população do país. São Gabriel da Cachoeira, por exemplo, com 112 mil km², tem 45 mil habitantes, 12 mil dos quais na cidade. O acesso é feito apenas por rio ou avião.

Na última semana, a reportagem da Gazeta Mercantil Latino-

Americana acompanhou uma missão de militares do Calha Norte e funcionários do governo, enviada à região para levantar necessidades do projeto. Foram percorridos cerca de 4.000 km na "Cabeça do Cachorro". Uma das constatações é que, se a situação na Colômbia ainda não chega a preocupar, como tem sido alardeada pela imprensa, o quadro na região é, às vezes, exasperante, dada a inexistência de funcionários civis do governo e também de recursos financeiros para ações que minimizem o triste panorama social da região. Nos cinco dias de viagem, não se notou a presença de nenhum agente da Polícia Federal, encarregada de inspecionar embarcações que podem transportar cocaína e outros produtos proibidos. Em Yauaretê, na fronteira com a Colômbia e a 280 km em linha reta de São Gabriel, seis crianças haviam morrido por falta de assistência médica, enquan-

to um hospital de 1.000 m², totalmente equipado, construído em 1992 e reformado no ano passado, continua fechado, por falta de funcionários. A assistência médica na região é garantida, precariamente, ou pelo Exército ou pela Igreja. Quando o caso é mais grave, é necessário avião para transportar pacientes, mas as aeronaves nem sempre estão disponíveis, por falta de verba ou condições de voo, pois as decolagens e pousos são feitos sem instrumento.

Estratégico, o acesso à região só acontece por avião ou barcos. A única estrada existente é a BR-307, que liga São Gabriel ao Pelotão de Cucuí, a 205 km, na fronteira tríplice com Venezuela e Colômbia, nas margens do rio Negro. Tentou-se, na década de 70, construir a Perimetral Norte, estrada que ligaria o Amapá àquela região, mas o projeto não foi avante. Hoje, só existem traços dela. A selva luta para tentar recuperar o pedaço que o homem lhe arrancou, mas nem sempre vence, por causa da fragilidade do solo da região.

O exemplo serve de alerta. As terras do Alto Rio Negro são fracas, arenosas. Qualquer desmatamento sério pode levar à desertificação. E as águas da bacia que o compõe são ácidas, levando à quase inexistência de peixes e pouca caça. A carência de proteína animal é outro problema para as tribos da região.

A mandioca e derivados são o alimento básico. Em compensação, o subsolo é riquíssimo em ouro, nióbio, minerais radioativos, cassiterita e outros tantos. Um motivo a mais de preocupação, pois esse potencial desperta cobiça. A grande extensão e contiguidade das terras indígenas já tem provocado problemas com os brancos. □

Na região vivem 430 comunidades indígenas